



<b>Evento</b>	Salão UFRGS 2013: SIC - XXV SALÃO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UFRGS
<b>Ano</b>	2013
<b>Local</b>	Porto Alegre - RS
<b>Título</b>	Implicações jurídicas da regulamentação de Bancos de Perfis Genéticos para fins de persecução criminal no Brasil
<b>Autor</b>	ANITA SPIES DA CUNHA
<b>Orientador</b>	TAYSA SCHIOCCHET
<b>Instituição</b>	UNISINOS - Universidade do Vale do Rio dos Sinos

A despeito da presença maciça das biotecnologias e pesquisas genéticas no país, inclusive forense, bem como da proliferação de documentos normativos no plano internacional, a população brasileira é particularmente afetada pela criminalidade e pelos reflexos de um sistema jurídico debilitado e titubeante. A porosidade jurídica sobre o tema no Brasil, tanto na literatura quanto na regulamentação do Direito estatal positivo, deve-se ao impacto recente das biotecnologias na temporalidade e na espacialidade do Direito, bem como nas categorias jurídicas clássicas. Nesse contexto, houve a recente publicação da lei nº 12.654, de 28 de maio de 2012, regulamentada pelo decreto nº 7.950 de 12 de março de 2013, que obriga os condenados por crime praticado, dolosamente, com violência de natureza grave contra a pessoa e por crimes hediondos, a submeterem-se à identificação do perfil genético, mediante extração de DNA, por técnica inadequada ou indolor. Além disso, a lei trata de outras questões atinentes aos bancos de perfis genéticos as quais podem afetar direitos fundamentais previstos na Constituição de 1988. Nesse sentido, considerando o reduzido debate acerca do referido tema e, notadamente, da lei recentemente regulamentada, a relevância científica desse projeto reside, concretamente, na necessidade de se identificar e sistematizar as principais normatizações acerca do tema, considerando e compatibilizando as experiências estrangeiras em direito comparado com o sistema jurídico brasileiro, especialmente no que tange aos direitos fundamentais constitucionalmente previstos. Tendo em vista que o projeto caracteriza-se pela investigação de um objeto empírico, mas juridicamente problematizado, a metodologia de trabalho consiste, basicamente, na pesquisa bibliográfica e documental sobre o tema, além da utilização de estudos de caso como objetos heurísticos do presente projeto, com pesquisa em direito comparado. A partir do ordenamento jurídico brasileiro, como resultado obtido até o momento, está sendo criado um conhecimento jurídico e interdisciplinar aprofundado, de forma sistematizada, ou seja, um panorama normativo, que pode ser utilizado tanto pela comunidade acadêmica quanto pelos gestores da administração pública, de modo a amparar a concretização de políticas públicas e a efetividade desses direitos, tanto em termos de segurança pública quanto em relação aos direitos e garantias fundamentais do indivíduo.